

HABEAS CORPUS Nº 544.505 - PB (2019/0335472-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : AECIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO
ADVOGADO : AÉCIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO - PB0012864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : RENAN FERNANDES SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RENAN FERNANDES SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, II, na forma do art. 70, do Código Penal, à pena de 3 anos, 2 meses e 10 dias de reclusão, no regime inicial aberto.

Interposta apelação pela defesa, o recurso foi tido por intempestivo.

Impetrado, na sequência, prévio *writ* na origem, da impetração não se conheceu em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 55/56):

HABEAS CORPUS. Roubo majorado, na forma tentada
Questionamento acerca da dosimetria fixada na sentença
condenatória.

Inadequação da via eleita. Impossibilidade de utilização do habeas
corpus como sucedâneo recursal ou revisão criminal. Não
conhecimento do writ.

- Conforme entendimento pacífico na jurisprudência dos tribunais
superiores, o habeas corpus não pode ser utilizado como sucedâneo
recursal ou substituto de revisão criminal, sendo descabido, na via
estreita do writ, o revolvimento aprofundado de fatos e provas.

- Nos termos consignados pelo Supremo Tribunal Federal, a
dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados
para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do habeas
corpus, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente
a meio processual diverso.

Daí a presente impetração, na qual a defesa aduz não haver fundamentação concreta na sentença quanto à aplicação do redutor referente ao reconhecimento do crime praticado na forma tentada.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente, seja determinado ao Tribunal de origem que examine o mérito do *writ* lá impetrado.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 64/66.

Informações prestadas às e-STJ fls. 71/103.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem e, caso dela se conheça, por sua denegação (e-STJ fls. 108/110).

É o relatório.

Decido.

De início ressalte-se que a jurisprudência deste Tribunal Superior, na esteira do que já pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, já assentou entendimento de que o "*habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício*" (HC n. 556.463/GO, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 5/3/2020, DJe 163/2020).

No caso em apreço, objetiva a defesa superar mácula decorrente de interposição intempestiva de irresignação no Tribunal de origem, com o que não se pode coadunar sob pena de subverter toda a lógica do sistema processual.

Fixada essa premissa, tenho ainda que inexistente possibilidade de reconhecer-se o dito constrangimento ilegal porquanto, "*assim como a postulação, a decisão judicial deve ser vista em sua inteireza [...]*" (AgRg no HC n. 292.219/MS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 18/12/2018).

No caso em apreço, consta da sentença condenatória de e-STJ fls. 25/34 que o ora paciente, em concorrência com outro agente, mediante violência, logrou êxito em ter a si entregue pelas vítimas determinada quantia em dinheiro. Assim, tenho que houve demonstração pelo Juízo *a quo* do *iter criminis* percorrido, o que é, na jurisprudência deste Tribunal Superior, o elemento utilizado para definição do *quantum* de diminuição na terceira fase de aplicação da pena.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES. FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA TENTATIVA. REEXAME DOS FATOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Segundo entendimento deste Superior Tribunal, "o quantum de diminuição da pena pela tentativa deve considerar o iter criminis percorrido pelo agente, ou seja, a redução de pena deve ser menor se o agente chegou próximo à consumação do delito" (HC n. 223.070/MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T, DJe 19/3/2013).

2. No caso, o Tribunal local fundamentou, com base nas circunstâncias do caso concreto, a redução de pena no patamar de 1/2, tendo em vista o iter criminis percorrido pelo agente.

3. Para concluir de forma diversa, seria necessário o minucioso exame dos autos no que diz respeito ao fato criminoso e às suas circunstâncias, providência que é vedada na via estreita do habeas corpus, de cognição sumária.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 511.235/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 27/06/2019, grifei)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator